

Fronteiras e limites: o próprio e o estrangeiro em processos de crioulização semiótica¹

Irene Machado
Universidade de São Paulo; CNPq

Resumo

O principal objetivo do estudo é dimensionar o conceito semiótico de crioulização de modo a compreender tanto os encontros culturais quanto o choque de culturas por meio dos processos sógnicos da tradução e da intraduzibilidade que sustentam a comunicação. Para isso distinguiu-se o campo conceitual em que fronteira, para além de limite, designa linha de tensão entre os elementos em contato, caso das línguas, foco da abordagem semiótica de Iúri Lótman. Como campo empírico desse experimento analítico, situa-se o processo de crioulização quando da aventura ibérica no além-mar, no encontro com o continente africano e na ulterior diáspora africana para o território brasileiro. Espera-se assim redimensionar as implicações geopolíticas em termos de luta, resistência e explosão da condição estrangeira e da informação nova emergente em relações de intraduzibilidade.

Palavras-chave

Encontros culturais; Estrangeiro; Fronteira; Crioulização; Intraduzibilidade; Diáspora africana.

Problema de estudo: conceito semiótico de crioulização

Pode-se afirmar sem muita margem de erro que o vínculo tácito que une pessoas a territórios por meio de línguas teve papel decisivo na definição de cultura bem como da distinção entre diferentes culturas no ocidente. Criou-se uma “situação semiótica” (LOTMAN, 1998, p. 16) uma vez que, em qualquer nível de sua manifestação, comunicação e espaço mostram-se potencialmente geradores de estruturas sógnicas em sistemas culturais, sejam aqueles que definem a base de nossa condição antropológica, sejam aqueles que organizam as interações sócio-culturais em atividades como a política e a economia. Como justificativa de tal pressuposto não poderíamos ter outra razão senão a ideia de que a interação com o outro define o precedente fundamental da cultura, de seus textos, de suas linguagens, de suas tradições e desdobramentos culturais.

Se o vínculo tácito entre comunicação e espaço é tão decisivo para definir cultura, a formulação do conceito de nação erigido pelos limites geográficos topograficamente configurados poderia ter sido suficiente para exprimir as ações que acontecem nesses

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

limites. No entanto, apesar da força de sua determinação, não é isso que a história revela. No processo de «ocidentalização do planeta» – ainda que não restrito a ele – as línguas e as culturas jamais se constringiram aos limites do espaço físico, seguindo antes seu impulso rumo a campos imprevisíveis de prospecção. Forças de uma bem tramada articulação geopolítica revelam regiões em que se explicitam relações de interesse e de jogos de poder que se encarregaram de delimitar «o que é de um» e «o que é de outro». Assim as relações entre comunicação e espaço passam a ser filtradas por limites e fronteiras não necessariamente geográficas mas sem dúvida alguma geopolíticas: os vínculos topográficos cedem para as articulações topológicas cujas coordenadas se movimentam ora centrípeta ora centrifugamente.

Com tal raciocínio se formula aqui um problema que não dissimula suas origens: o pensamento semiótico de Iúri Lótman sobre o desenvolvimento histórico da cultura a partir de um redimensionamento e qualificação dos encontros culturais na variedade de suas ocorrências. Nele se revelou uma concepção de espaço semiótico de fronteira que definiu o alcance epistemológico da abordagem semiótica da cultura além de sustentar suas investigações sobre a tipologia da cultura e, ulteriormente, a concepção da semiosfera. Graças à orientação da abordagem fundada em estudos comparativos, tal enfoque se tornou chave imprescindível para o estudo da relação entre comunicação e espaço segundo o confronto entre o «próprio» e do «alheio». Lotman entende que,

O estudo comparativo das culturas levou até agora às pegadas de sua «protopátria» indoeuropéia e mitológica, o que se manifesta em toda técnica de descobrir os elementos de identidade. Sem dúvida, dá muito mais resultado ver a semelhança de motivos entre lendas persas e celtas do que prestar atenção ao fato da trivial diferença entre elas. Todavia, quando nos lançamos no passo seguinte rumo à construção de histórias não simplesmente paralelas do ponto de vista estadal, mas sim eminentemente autônomas, de culturas particulares, e nos concentramos na tarefa de criar uma história da cultura da humanidade, tal seleção de materiais nos lança à conclusão, que nada tem de demonstrativo, de que precisamente essas convergências são as que mais sujeitam o material heterogêneo a um todo único (LOTMAN, 1996, p. 63).

Se há algo que não define as práticas culturais no entender de Lótman é a homogeneidade convergente, que anula as diferenças e os conflitos. Por conseguinte, o que mais interessa dentre os processos observados nos encontros culturais são aqueles em que se evidencia diretamente a heterogeneidade dos elementos envolvidos, a começar pela linguagem. É da natureza da cultura humana a heterogeneidade e o poliglotismo (LOTMAN, 1996, p. 28) que se manifestam com maior rigor nos encontros culturais em que os

participantes do ato de comunicação “conversam com linguagens diferentes” (LOTMAN, 1996, 40) projetando no espaço de relações o embate entre o próprio e o estrangeiro. Conversar na sua linguagem com o filtro da linguagem do outro de modo a garantir a comunicação mantendo, contudo, zonas de intraduzibilidade é o que aproxima Lótmán do estudo semiótico da crioulização.

Designa-se crioulização o processo em que uma língua emergencial, isto é, de contato, torna-se língua nativa e passa a ser a língua de uma comunidade. Historicamente as línguas de contato se tornaram urgentes nas regiões de comércio no Mediterrâneo e em Constantinopla. Também nas invasões dos bárbaros e dos tártaros surgiu a mesma demanda. Ante a pluralidade de línguas dos navegadores ou invasores, a atividade comercial impunha uma forma de comunicação que não era a língua nativa de ninguém. Fato que levou os filólogos a distinguirem entre pidgin e crioulo. Como nos ensina Hildo Honório Couto, “uma das condições para o surgimento desse tipo de língua é o multilinguismo” (COUTO, 1996, p. 15). Contudo, enquanto o pidgin é “uma língua de emergência, de contato, drasticamente simplificada estruturalmente” (COUTO, 1996, p. 16), já o crioulo resulta “de uma complexificação estrutural do pidgin inicial” (Couto, 1996, p. 16), tornando-se língua materna de uma comunidade que nasce falando aquela língua. Assim se constituiu a crioulização – processo de constituição de línguas a partir de outras línguas: do multilinguismo para a língua de contato, o pidgin, e desta para outras línguas maternas. Cumpre-se o movimento centrífugo de constrição e o centrífugo de expansão – o crioulo exprime essa expansão, onde se inclui o fenômeno da descrioulização, quando o crioulo continua se expandindo rumo à língua europeia. (COUTO, 1996, p. 18).

O conceito semiótico de crioulização é formulado a partir da condição multilíngue e de sua diversidade de “línguas mutuamente ininteligíveis” (COUTO, 1996, p. 15), o que na aproximação de Lótmán se apresenta como intraduzibilidade da condição estrangeira, aquilo que, de fato, a relação de mutualidade evidencia. Conceitualmente, tais aportes se conjugam no conceito de fronteira não apenas como linha divisória mas, sobretudo, como linha de tensionamentos, base irrevogável do espaço semiótico de fronteiras (LOTMAN, 1990).

Os encontros culturais de que trata Lótmán – observados em aproximações entre povos, sistemas, línguas – são concebidos pelo atravessamento de confrontos, o que em muitos casos se traduz pelo choque. Criam-se regiões de fronteiras a partir de linhas de alta tensão, longe de qualquer possibilidade de um novo convívio de acomodação e adaptação.

E aqui começa a distinção do processo de crioulização que se volta para a composição com a língua europeia o que rendeu a noção de adaptação à língua dominante no continente americano e em, certa medida, no continente africano.

Além de relações bilaterais – como no caso da intraduzibilidade das línguas – Lótman observa nos encontros um campo de forças que distingue dois mundos e qualifica culturalmente a condição estrangeira por oposição. O mundo próprio é civilizado e culto; o mundo estrangeiro é o outro, alheio, nômade e bárbaro. Entre eles corre um veio de contato que não é nem de substituição nem de correspondência mas de confronto e de intraduzibilidade. No processo de ocidentalização do planeta a partir da expansão do império europeu-ibérico vale enfatizar que a linha de tensão fica ainda mais acentuada quando se observa que o estrangeiro não é o europeu que chega no continente africano ou americano mas sim o nativo: são aos povos indígenas e africanos, com sua diversidade de culturas, a quem é atribuída a condição de selvagens, bárbaros, nômades – condição que se mostrou suficiente para justificar a missão civilizatória. São esses campos de sentidos, apagados da noção de expansão e descoberta, que o conceito semiótico de crioulização procura rearticular, sobretudo ao manter o pressuposto da intraduzibilidade como constante da prática conversacional. Tal postura não deixa de explicitar uma crítica à noção de crioulo como língua esquematizada e incapaz de suprir necessidades expressivas que não sejam a comunicação imediata, algo bastante enfatizado nos estudos comparativos em que as línguas europeias nacionais do tronco latino – português, francês, espanhol – são o parâmetro elevado das línguas de cultura.

Não obstante demonstre conhecer todos esses comportamentos, nada disso consta das preocupações semióticas de Lótman. Sua inquietação investigativa corre para uma questão paradoxal: por mais amplo que seja o espectro da intraduzibilidade que se manifesta nos encontros culturais impossível ignorar a presença, a atração e a repulsa como atos conjuntos que a cultura alheia estrangeira exerce sobre a outra. Ao que esclare Lótman:

A nós interessa outra coisa: por quê e em que condições em determinadas situações culturais um texto alheio se faz necessário? [Isto é] (...) um texto «alheio» é necessário para o desenvolvimento criativo do «próprio» ou (...) o contato com o outro eu constitui uma condição necessária do desenvolvimento criativo de minha consciência. (LOTMAN, 1996, p. 64).

É evidente que a cultura própria – ou oficial – negue tal necessidade. Contudo, é como fenômeno de consciência a partir da mutualidade das necessidades entre os radicalmente outros que emerge algo realmente digno de ser considerado «novo» na cultura

– aquilo que, epistemologicamente, Lótman denomina «informação nova» (LOTMAN, 1998, p. 13). Nas mais variadas ocorrências de processos de crioulização graças à informação nova desenvolvem-se a “consciência criadora do dispositivo intelectual capaz de criar novas mensagens” e que os processos de comunicação realizam de modo dialógico, por mais que se observe a tendência a consagrar a transmissão dos deciframentos unívocos. (LOTMAN, 1996, p. 65). Daí a importância e o papel das instâncias de intraduzibilidade. (LOTMAN, 1996, p. 68 e segs.).

Tanto a história da autodefinição cultural, a nomeação e o traçado das fronteiras do sujeito da comunicação, como o processo de construção de sua contraparte – o «outro» – são um dos problemas fundamentais da semiótica da cultura. Contudo, é necessário sublinhar o principal: o dinamismo da consciência em qualquer nível cultural exige a presença de outra consciência que ao se autonegar deixa de ser «outra» – do mesmo modo em que o sujeito cultural, ao criar novos textos no processo do choque com o «outro» deixa de ser ele mesmo. Só especulativamente se pode separar a interação e desenvolvimento imanente das pessoas ou das culturas. Na realidade, são aspectos de um único processo que estão dialeticamente vinculados e se convertem um no outro. (LOTMAN, 1996, p. 74).

Com isso, o conceito semiótico de crioulização focalizado no contexto dos estudos comparativos de Lótman evidencia uma prática fundadora da própria cultura: o direcionamento para o outro estabelecendo com ele atritos geradores tanto de expansões quanto de refrações e imprevisibilidades. Crioulização configura, por conseguinte, o próprio campo de luta, de resistência e, em certa medida, de explosão em que os processos de interação provocam intervenção e interferência mútua de elementos heterogêneos (LOTMAN 1996, p. 63).

Tal dinâmica já seria suficiente para justificar a presença e o papel do conceito de crioulização na estruturação do pensamento semiótico da cultura. Contudo, convém enfatizar o caráter epistemológico da premissa conceitual de Lótman: no conceito de crioulização reside o movimento paradoxal da própria semiose em que todo signo se exprime, sobretudo, pelo impulso que o projeta para algo que não é ele e o excede para se realizar como uma outra ação (LOTMAN [Mihhail], 2013, p. 239). Se, na partida, se forma a díade opositiva – o próprio e o alheio – no desenvolvimento se colocam demandas e, mesmo conservando-se a intraduzibilidade, emergem relações que resultam em informação nova que em algum momento de sua trajetória desfaz a relação de centro e periferia, como Lótman observou a respeito de seu contexto histórico-cultural.

Todos os grandes impérios que lidavam com nômades, “estepes” e “bárbaros”, assentavam em suas fronteiras tribos pertencentes a esses mesmos nômades e

bárbaros contratados para a defesa de fronteiras. Essas colônias formavam uma zona de bilinguismo cultural que garantia os contatos semióticos entre os dois mundos. Essa mesma função de fronteira da semiosfera é desempenhada por regiões com diversas mesclas culturais: cidades, vias comerciais e outros domínios de formações de *koiné*² e de estruturas semióticas crioulizadas (LOTMAN, 1996, p. 27).

A fronteira que separa as terras para a defesa do território é povoada pelas mesmas tribos que cumprem a um só tempo o papel de invasores e de guardiões. Graças à consciência de tal paradoxo a tríade da luta, resistência, explosão se consolida como razão de ser ou ontologia de todo encontro cultural a partir da qual ganha força o pressuposto de que na crioulização se alcança «o que é de um» e «o que é de outro».

Na verdade, todo esforço conceitual se concentra na preservação da base multilíngue e de intraduzibilidade que nem sempre é conservada na expansão cultural dos crioulos, sobretudo quando da exploração do Atlântico negro na rota mercantil da escravidão, quando a expansão se direciona para a formação de toda sorte de contatos que se tornaram, indistintamente, hibridismo, miscigenação, sincretismo, multiculturalidade provenientes da aculturação dos povos subjugados pelos europeus, gerando a noção de homogeneidade. Convém notar que a concepção semiótica de Lótman se mantém, se não à distância, pelo menos criticamente com relação a tal conceito. O motivo é claro: do ponto de vista semiótico, a crioulização não significa assimilar uma cultura ou uma língua alheias como se fossem produtos acabados e prontos para o uso³. Quando Lótman propõe a tradução como dispositivo elementar da dinâmica no encontro cultural ele não ignora a resistência que marca toda condição estrangeira – o próprio e o alheio – portanto, acolhe a intraduzibilidade como parte do mesmo dinamismo. O problema é que os instrumentos teóricos de construção da metalinguagem crítica pode não dispor de recursos para alcançar e compreender tais esferas. E esse é um outro limite, explicitamente formula Lótman:

Não só os elementos advindos de diferentes tradições culturais históricas e étnicas como também os constantes diálogos intratextuais entre gêneros e ordenamentos estruturais de diversa orientação formam esse jogo interno de recursos semióticos que, manifestando-se com a maior clareza nos textos artísticos, resulta, na realidade, uma propriedade de todo texto complexo. Precisamente essa propriedade realiza ao texto um gerador de sentido e não apenas um recipiente passivo de sentidos nele colocados de fora. (...)Texto

² O termo *koiné* designa o grego helenístico, ancestral do grego moderno, que se tornou o dialeto comum surgido na pós-antiguidade clássica (c.300 a.C – aD 300) a partir do dialeto ático falado na região ocupada por Atenas. Como toda *língua franca*, ou língua de contato, a *koiné* era multilíngue e serviu para a comunicação entre diferentes grupos na região do Mediterrâneo oriental e no antigo Oriente Próximo. Foi a língua original do Novo Testamento.

³ Caso da língua franca ou de uma língua vernacular universalmente aceita como o latim, no Império Romano, o francês e agora o inglês (STÖRIG, 1990, p. 235-6).

como dispositivo poliestructural da cultura como consciência coletiva. (LOTMAN, 1996, p. 86).

O ensaio aqui desenvolvido vai se dedicar a apenas um aspecto dessa problemática: a compreensão da criouliização como fenômeno de tensionamento entre comunicação e espaço que precede o desenvolvimento das línguas e por conseguinte se transforma numa das mais fortes experiências culturais presente em todos os movimentos de aproximação, tais como expansão imperial, geográfica, geopolítica ou como migração e a diáspora africana.

Criouliização na conjugação de culturas hifenadas

Existem pelo menos três demandas históricas que nos permitem situar artérias fundamentais do do conceito semiótico de criouliização elaborado por Lótman para tratar do estudo das relações culturais. O primeiro diz respeito à sua concepção semiótica de cultura centrado na linguagem, o que, no desenvolvimento das culturas, permite a um se manifestar como estrangeiro e o estrangeiro se manifestar como próprio: quer dizer, as posições não são fixas (LOTMAN, 2013, p. 61). Próprio e alheio, apesar do confronto, coexistem, conversam e são intercambiáveis. Como entende Viacheslav Ivanov, “o outro tornou-se central à filosofia da linguagem de grandes pensadores do século XX como participante opositivo no diálogo semiótico.” (IVANOV, 2013, p. 12). A outra artéria trata da necessidade de discutir a noção de homogeneidade reinante nas conjugações hifenadas (STAM, 1994, p. 41) como forma de eliminação dos conflitos de modo a perpetuar a noção de convívio, de dominância e de minimizar, já que não se pode eliminar, o papel do outro, do estrangeiro. A terceira envolve a necessidade de tratar dos confrontos geopolíticos que sustentam as noções de pátria, língua, identidade de um povo, do ponto de vista no jogo de forças entre a tradução e intraduzibilidade das fronteiras. Em todas, as relações de comunicação, de diálogo entre os diferentes, se colocam como o grande desafio.

Para tratar de tais demandas, há que se considerar uma inspeção direta na história da cultura o que aqui será feito do interior da cultura brasileira onde vivenciamos tais articulações históricas. De um modo geral, a problemática do estrangeiro perpassa todas as demais articulações, sobretudo a das línguas, dos pidgins e dos crioulos a que nos referimos anteriormente. A luta entre a tradução e a intraduzibilidade sustenta a dimensão do estrangeiro e a fronteira é mantida num coeficiente de tensão entre o próprio e o estrangeiro, o outro. Tal cenário pode ser observado na diversidade de sua complexidade

quando se examina a homogeneização das conjugações hifenadas, o que na cultura brasileira faz emergir um campo convulsionado de questões, sobretudo quando se trata de discutir as bases da filiação dos afro-descendente no contexto das ramificações afro-americanas.

Começemos por perguntar: O que, de fato, constitui a homogeneidade que leva a entender a conjugação de duas designações como se formassem uma unidade de pessoas e até mesmo uma comunidade? Dentre os muitos argumentos históricos e antropológicos já desenvolvidos até agora um se torna grandioso em suas proporções e alcance: aquele que trata a aculturação como adaptação e assimilação de uma cultura pela outra. A complexidade do fato, porém, não condiz com a simplicidade do raciocínio segundo o qual o conceito de crioulização – fundado na heterogeneidade – cede naturalmente lugar à descrioulização e, conseqüentemente, à homogeneidade. No caso das culturas hifenadas pelo tronco afro tal condição foi observada historicamente no processo focado no deslocamento da colonização à descolonização. Tanto na transposição de povos das mais diferentes etnias para territórios americanos, quanto como no pós-colonialismo no continente africano, o que primeiro se transforma é a condição lingüística, quando o plurilinguismo cede à língua européia do colonizador. Como afirmam os estudiosos, mesmo depois dos diferentes movimentos de independência em África, a vida política e institucional continuou a circular em documentos redigidos em inglês, francês e português. (APPIAH, 1977, p. 21). A dominante lingüística consagrou a noção de unidade, ainda que no seu interior diferentes línguas continuem a movimentar as interações nas etnias distintas.

Teoricamente, tais ocorrências forneceram aportes para formulações teóricas nos estudos de antropologia consagrados no solo estadunidense onde o debate sobre a cultura afro-descendente está longe de radiografar a fragilidade da conjugação hifenada e, tomando um rumo contrário, a toma como ponto de partida para tratar da crioulização como matriz geradora da “plasticidade das culturas criadas pelos africanos e por seus descendentes na América⁴.” (MINTZ; PRICE, 2003 *apud* Marcussi, 2009, p. 1) ou mesmo para referendar o afrocentrismo focado na “transposição bem-sucedida para a América de tradições culturais africanas preservadas em sua forma original pelos escravos” (MARCUSSE, 2009, p. 1). Em ambas as abordagens prevalece a tese da crioulização como formação de uma cultura de síntese.

Retomando o movimento de expansão próprio da crioulização, o que tais

⁴ Leia-se: Estados Unidos visto que não se pode generalizar sequer para todo o continente norte-americano: o Canadá, por exemplo, permanece fora de tal prospecção.

formulações valorizam é o deslocamento para a descrioulização, quando a língua de contato se transforma no sentido de se aproximar da língua europeia. Segundo Marcussi, “o debate [que] se configurou na historiografia norte-americana conduziu a uma oposição excessiva e, na verdade, imprecisa entre crioulização e africanismo.” (MARCUSSE, 2009, p. 2). Com isso, a homogeneidade refrata o confronto e se assegura à revelia do multilinguismo das comunidades negras de falantes.

Nesse sentido, as investigações a respeito da propriedade do conceito afro-brasileiro acaba se tornando um perturbador da homogeneidade na conjugação hifenada, a começar pelo questionamento da sobreposição numa continuidade linear entre espaço do continente e a história das populações negras brasileiras. Existe uma séria incongruência nessa suposta unidade entre espaço e tempo histórico, conforme advertência do historiador Ivaldo M. F. Lima (2011). Em seu trabalho de revisão do uso equivocado de tal unidade afirma que os estudos históricos que assim se comportam deixam-se levar pelo engodo do “mito científico”⁵ (M’BOKOLO, 2008, p. 49 e segs.). Seu argumento é preciso:

Ao atribuímos o conceito de africano para os povos da África, de modo indiscriminado para todos os momentos e épocas da história, temos o anacronismo de achar que as populações deste continente se viam como uma unidade, um todo homogêneo, ou mesmo um corpo solidário. (LIMA, 2011, p. 133).

No entendimento de Lima, e na sequência de seu raciocínio, lemos:

É preciso tomar cuidado com as generalizações, principalmente quando estamos nos referindo a um continente dotado das complexidades típicas da imensa variedade de povos, culturas e línguas. O que é uma típica comida africana? O que vem a ser a religião africana? Ou então, o que se entende por língua africana? No tocante a esta, ressalte-se o fato de que no continente africano existe mais de duas mil línguas, distribuídas por sete famílias lingüísticas, o que faz com que um falante do suaili esteja mais distante de um nativo em xona, do que alguém familiarizado com o português e o espanhol. (LIMA, 2011, p. 134).

Um bom começo para, se não eliminar pelo menos tratar criticamente do reducionismo, seria considerar a diversidade dos povos e de suas práticas culturais e de sua história, como argumenta Lima:

Por africanos entendemos todos e todas oriundos e oriundas do continente africano: khoisans, mandingas, zulus, xhosas, amáricos, nupes, dinkas, somalis... Povos extremamente diferentes entre si tanto no que tange as suas práticas, como organização sócio-cultural, percepção de mundo, valores, costumes, idéias... Não há nada mais diverso e diferente do que o continente africano. (LIMA, 2011, p. 132-3).

⁵ Sob a denominação de mitos científicos Elikia M’Bokolo designa as formulações pouco refletidas e de propriedade histórica bastante duvidosa que se apóiam no expediente da legitimidade acadêmica para firmar estereótipos que nada mais fazem do que consolidar “falsas evidências do senso comum” (M’BOKOLO, 2008, p. 49).

Encarar tal diversidade e complexidade constitui o primeiro gesto no resgate da intraduzibilidade que resguarda a coexistência no espaço geográfico de distintas formações étnico-linguísticas e político-culturais. Não se trata, contudo, de desfazer a hifenação para desfazer a homogeneidade; basta considerar as fronteiras conflituosas, não apenas geopolíticas, mas aquela que nos interessa nesse estudo: a semiose da condição negra a traduzir o confronto entre o próprio e o outro, o estrangeiro, aquele que não se traduz nem como grupo nem como nação. Sobre esse ponto Lima formula duas questões desconcertantes:

(1) “Quando nos referimos aos europeus, dificilmente os tratamos por este termo. Em geral, nos utilizamos dos adjetivos pátrios disponíveis, nomeando-os por portugueses, ingleses, franceses, alemães e etc.” (LIMA, 2011, p. 131).

(2) ...se para os não-brancos existem mais de uma centena de termos, conforme Munanga, alguém por acaso já ouviu falar ou conheceu alguma pessoa que se defina como “branco transparente”, “branco claro” ou “branco escuro”? Não! Branco é branco e ponto final.” (LIMA, 2011, p. 131)

Se existe alguma homogeneidade ou mesmo unidade no foco de todas essas abordagens sem dúvida ela será aquela que legitima a conjugação hifenada como desígnio da raça negra: é da presença, da expansão e da herança negra que se trata. Contudo, a evidência do par opositivo e do confronto que branco / negro evoca que leva ao uso da conjugação. Segundo o antropólogo Kabengelê Munaga, “nosso país foi palco de um etnocídio discursivo, tanto em relação ao uso das palavras «negro» e «negra», bem como no que diz respeito ao auto-reconhecimento e identificação racial.” (MUNANGA, 2004, p. 129).

A grande inferência de todo esse raciocínio não poderia ser senão desmarcarador:

Os conceitos de “afro-brasileiro” e “afro-descendente” retiram, mesmo que implicitamente, a brasilidade e a cidadania dos homens negros e das mulheres negras em nosso país, (...) Os conceitos “afro-brasileiro” e “afro-descendente” se constituem em armadilhas que fazem dos negros e negras deste país verdadeiros estrangeiros, ou, na melhor das hipóteses, cidadãos e cidadãs de segunda classe. (LIMA, 2011, p. 129-30).

Na verdade é da crioulização cultural que se tenta escapar: é essa informação nova que o “mito científico” tenta ocultar. Descompasso entre a designação afro-descendente e negro: a opção pelo primeiro, vinculando a cultura a um espaço geográfico, esconde a realidade do segundo, vinculado ao novo povo – informação nova – do povo nascido naquele espaço outro, portanto, daquele país.

O que se mantém intraduzível na crioulização?

Se o esforço da noção de homogeneidade se constrói em torno do mito científico da unidade e da composição de sínteses das diferentes cultura, línguas e etnias envolvidas, é claro que estamos diante de uma concepção que minimiza o papel do estrangeiro e tenta projetar o foco para a dominante do próprio em detrimento do outro. Aprendemos com Lótmán que, “é uma tarefa inglória forçar a vida numa norma teórica limitada.” (LOTMAN, 2013, p. 73). Enfrentemos, pois, a complexidade da presença do outro nos encontros culturais.

Dimensionar a presença do outro significa equacionar o papel e a força do estrangeiro na configuração cultural, o que implica acolher as variáveis, a intraduzibilidade e a imprevisibilidade como dinâmica dos encontros culturais onde as posições são intercambiáveis.

Há que se ponderar de saída que toda organização não marcada pela homogeneidade “inclui obrigatoriamente formações semióticas heterolíngues e mutuamente intraduzíveis” (LOTMAN, 1998, p. 28) e tal é o que sustenta a crioulização. Por um lado, os sistemas envolvidos em processos que tais deixam à mostra suas singularidades, por outro não se ignora a necessidade de algum tipo de auto-organização a partir da qual começa a funcionar a atividade de metalinguagem. A crioulização surge como uma etapa desse processo, quando uma linguagem “exerce uma profunda influência sobre a outra, apesar da natureza completamente distinta de suas gramáticas” (Lotman, 1998, p. 33). Quando um pode se perceber na interação com o outro ainda que o sistema de diferenças permaneça preservado, o que se observa é um processo de auto-organização que não se orienta para nenhuma das esferas em interação mas permanece na linha tensionada do encontro. O que permanece intraduzível é não apenas a informação nova e imprevisível emergente nesse encontro mas, sobretudo, a troca de informações sem o qual o novo não se sustenta em sua radicalidade.

Intraduzibilidade implica, pois, imprevisibilidade ou “variedade de mudanças possíveis” (LOTMAN, 2013, p. 164).

Nos processos culturais em que o fenômeno da crioulização emerge como o encontro da cultura negra do continente africano com os portugueses no solo brasileiro, aquilo que se verificou na esfera lingüística, isto é a descrioulização e a conseqüente dominação da língua portuguesa – implantada às custas de grandes tensionamentos, sobretudo com as línguas indígenas – não impediu a explosão da imprevisibilidade no âmbito da formação populacional, em que, do encontro do negro com o branco, vimos

nascer uma conjugação singular inédita: o mulato. Em sua constituição física, o mulato não é nem branco nem negro e muito menos mistura mas um híbrido cujas informações genéticas e sócio-históricas que são insuficientes para traduzi-lo numa expressão que abarque todas suas condicionantes. O *mulatto escape hatch*⁶ (OLIVEIRA, 1974, p. 68) tornou-se, portanto, a informação nova, imprevisível, o grande “obstáculo epistemológico”, na feliz concepção de Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974), cujo ensaio abre um diálogo problematizador para a análise que se segue.

Para que o mulato seja entendido como esse outro tão propriamente se encarregou de definir o brasileiro⁷ há que se mantê-lo fora da circunscrição que encerra os brancos, de um lado, e os pretos, de outro. Oliveira se aproxima do que se cogita aqui a respeito da concepção de raças no contexto de um espaço de fronteira ao tomar emprestado de G. Bachelard a noção de “obstáculo epistemológico”⁸, que não perde de vista a tensão entre as esferas envolvidas, como se pode ler no fragmento.

De nossa parte, propomos que as relações raciais são, por definição relações de coerção, podendo ou não ser antagônicas. Mas são sempre oposições polares, preponderantemente entre negros e brancos, substituindo uma epiderme social que as regulamenta; e isto por mais amplo que seja o *spectrum* das cores, como pode ser o caso do Brasil (OLIVEIRA, 1974, p. 69).

O mulato constitui um obstáculo porque deixa em descoberto a grande contradição com relação ao mundo dos brancos: a relação de inexistência que envolve todo o gradiente do espectro que vai do branco ao negro (OLIVEIRA, 1974, p. 73). O que, evidentemente, é impossível de traduzir. E, para Kabengele Munanga, com base nos estudos de Darcy Ribeiro (1996), os mulatos eram, simplesmente ninguém: “Tiveram de sair dessa ninguedade para procurar uma identidade, para inventar sua própria identidade, que viria a ser brasileira”. (MUNANGA, 2004, p. 1117), que formaria o “gênero humano novo” no entender de Ribeiro, “uma civilização que vai se apresentar ao mundo como outra coisa melhor que o mundo ainda não viu. Esta outra coisa é uma coisa melhor porque tem uma humanidade incorporada” (RIBEIRO, 1996, *apud* MUNANGA, 2004, p. 117)

⁶ Na acepção de Carl Degler, *mulatto escape hatch* designa válvula de escape, saída de emergência (OLIVEIRA, 1974, p. 69). Contudo, a palavra em português pode ser traduzida igualmente por alçapão, que pode ser tanto saída de emergência quanto armadilha. Como tropo, saída de emergência pode remeter para a própria saída do sistema, prisão para o mulato que não age com consciência própria (OLIVEIRA, 1974, p. 70).

⁷ Vale lembrar aqui a máxima que se tornou corrente segundo a qual “o Brasil é o inferno para os negros, purgatório para os brancos e paraíso para os mulatos” (ANTONIL *apud* OLIVEIRA, 1974, p. 69, n. 10).

⁸ Segundo G. Bachelard para a construção do conhecimento científico há que se transpor barreiras constituídas como grandes obstáculos epistemológicos que dificultam a atividade do conhecer.

O mulato realiza no cenário cultural o papel do estrangeiro em seu próprio território, aglutinando, assim, diferentes fronteiras. Ainda que fatores biológicos e lingüísticos sejam fundamentais para a constituição do mulato como informação nova, o foco do debate sobre o papel do mulato são os tensionamentos em torno de sua condição social que pode movimentar uma escalada para o embranquiamento e conseqüente reposicionamento social graças ao processo de mestiçagem – criador de um outro mito científico no Brasil: o embranquiamento da população com a imigração de europeus (MUNANGA, 2004).

Considerações finais

Ainda que possam ser entendidos como ações constitutivas de um mesmo fenômeno, expansão e comunicação não são movimentos qualificados por relações similares e tal distinção é um passo significativo na compreensão da escalada do processo de crioulização na cultura. Do ponto de vista semiótico, se destaca o paradoxo: enquanto a comunicação se desenvolve em interação mesmo quando a relação entre diferenças, a expansão é impulsionada pelo movimento de domínio. Contudo, paradoxalmente, é pelo viés da expansão que o vínculo entre comunicação e espaço constrói relações de interesses e de poder evidenciando o quanto comunicação e expansão são marcados pela disputa de luta pela informação. Daí ser irrefutável a tese de que disputas por territórios desenvolveram sofisticados sistemas de tradução do espaço pela linguagem.

Do ponto de vista semiótico, o espaço de fronteira assim constituído reproduz dinâmicas que nos aproximam daquilo que Lótmán concebeu como semiosfera: um espaço semiótico em que as relações culturais se orientam pela heterogeneidade dinâmica de seus sistemas semióticos. Nesse espaço, fronteira é palavra-chave uma vez que implica a tradução daquilo que é exterior ao sistema pelo que corre no seu interior. O crioulo passa a representar toda dinâmica desse espaço de fronteira e, enquanto tal, mantém em tensão muitos elementos de intraduzibilidade geradores de grandes conflitos culturais. No caso da cultura brasileira, sem dúvida, o grande conflito diz respeito ao fato de o crioulo ser a fonte de onde emergiu a chamada cultura afro-brasileira.

Sem dúvida, a navegação pelo Atlântico negro é o que revela o continente africano como outro e tal já é um desígnio que acolhe a complexidade das relações de fronteira na qual reverberam os ruídos gerados na constituição da chamada cultura afro-brasileira, sobretudo no questionamento do papel da relação entre comunicação e espaço na

constituição do qualificativo pátrio da nação em formação. Refletir sobre a complexidade desse movimento diaspórico à luz de seus tensionamentos, que não são poucos, é o que leva à compreensão da heterogeneidade e importância do papel do estrangeiro como função intercambiável nos encontros culturais.

Encontros culturais são movidos pela dinâmica de universos heterogêneos e nem mesmo a dominação lingüística é suficiente para impedir a emergência dos confrontos e, com eles, a informação nova e imprevisível sem a qual nenhuma cultura se distingue. Até onde é possível inferir das formulações semióticas de Lótman, a distinção das culturas resulta igualmente da luta travada entre as forças da homogeneidade e da heterogeneidade, tal como no processo de crioulização cujo contato se dá mesmo no contexto de diferentes línguas. Nesse caso, expansão não é dominação impositiva de território mas condição para a movimentação da própria cultura.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COUTO, Hildo H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

IVANOV, Vyacheslav. Preface to Russian Edition. In: LOTMAN, Juri M. **The Unpredictable Working of Culture**. Tradução Brian J. Baer. Tallinn: Tartu University Press, 2013, p. 239-278.

LOTMAN, Iuri M. **La semiosfera I. Semiotica de la cultura y del texto**. Trad. Desiderio Navarro. Valencia: Fonesis, 1996.

_____. **La semiosfera II. Semiotica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Trad. Desiderio Navarro. Valencia: Fonesis, 1998.

LOTMAN, Y.M. **Universe of the Mind. A Semiotic Theory of Culture**. Trad. Ann Shukmann. Bloomington: Indiana University Press, 1990, 288p.

LOTMAN, Mihhail. Aferwords: Semiotics and Unpredictability. In: LOTMAN, Juri M. *The Unpredictable Working of Culture*. Tradução Brian J. Baer. Tallinn: Tartu University Press, 2013, p. 7-16.

LIMA, Ivaldo M. de França. Por uma história a partir dos conceitos: África, cultura negra e a Lei 10.639/2003. Reflexões para desconstruir certezas. **A Cor das Letras. Número temático: Literatura, cultura e memória negra**. UEFS, n. 12, 2011 p. 125-151. PDF. Acesso: 15/05/2016.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Ambiguidades do conceito de crioulização entre a teoria e a empiria. **ANPUH. XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. ANPUH.S25.0092.PDF. Acesso: 15/05/2016.

MUNANGA, Kabengelê. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, ano 1, n. 3, p. 65-74. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, Darcy. Sobre a mestiçagem no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília M.; QUEIROZ, Renato S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Estação Ciência/EDUSP, 1996, p. 197-198.

SHOAT, Ella; STAM, Robert. **Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media**. London and New York: Routledge, 1994.

STÖRIG, Hans J. **A aventura das línguas**. Trad. Gloria P. Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1990.